



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

Contrato nº 224/2022

(ADESÃO)

ARP 008/2022 - PE 023/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

Cód.ID.CidadES/TCE-ES: 2022.004E0500003.16.0001

- CONTRATO Nº 224/2022 -

CONTRATO Nº 224/2022, OBJETIVANDO A **AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA A PARTIR DA FONTE PRIMARIA SOLAR (ON GRID), PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ALEGRE/ES E A EMPRESA **ULTRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, VENCEDORA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021 – DER-ES.

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2022 – PE Nº 023/2021, DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – DER-ES.

O **MUNICÍPIO DE ALEGRE**, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Parque Getúlio Vargas, 01, nesta cidade de Alegre/ES – CEP: 29.500-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.174.101/0001-35, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, **Nemrod Emerick**, brasileiro, casado, CI nº 1.398.371/SSP-ES e do CPF nº 270.485.428-96, residente e domiciliado na Rua Gabriel Simão, 124, Bairro Chácara da Serra, Alegre/ES, CEP: 29.500-000, denominado **CONTRATANTE**, tendo como ente interveniente a Secretaria Executiva de Educação (UG Educação), e de outro lado a Empresa **ULTRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, vencedora do PE 023/2021 – ARP nº 008/2022 (DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – DER-ES), com sede à Avenida Barão Homem de Melo, 3647, Sala 901 e Sala 902, Bairro Estoril, Belo Horizonte/MG – CEP: 30.494-275, inscrita no CNPJ sob o nº 13.118.774/0001-63, neste ato representada pelo Diretor Comercial, César Eduardo Viana Ramos, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Carteira de Identidade Nº MG-11.530.514 e do CPF Nº 051.445.496-24, denominada **CONTRATADA**, que ajustam o presente **CONTRATO DE ADESÃO** objetivando a **AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA A PARTIR DA FONTE PRIMARIA SOLAR (ON GRID), PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES**, conforme condições e especificações contidas no Edital e seus Anexos, na Lei Nº 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com o que disciplina o Proc. Nº 4703 de, 16/09/2022 – PMA/ES e o Edital do Pregão Eletrônico Nº 023/2021 (DER-ES), resolvem assinar o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. DO OBJETO

- 1.1. Este Contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA A PARTIR DA FONTE PRIMARIA SOLAR (ON GRID), PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES**, em Unidades Escolares da Secretaria Executiva de Educação – SEED, incluindo a prestação de serviços de assistência técnica gratuita durante o período de garantia, de acordo com o descrito no Anexo I do Edital, pelo regime de execução de **empreitada a preço global**.
- 1.2. Integram este Contrato o Edital e todos os seus Anexos, bem como a proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. Fica estabelecida a forma de execução indireta, conforme a necessidade do Município de Alegre/ES, sendo identificada através da emissão de uma correspondente Autorização de Fornecimento (AF) ou Ordem de Serviço (OS), no prazo estabelecido e em conformidade com o que fora lícitado.
- 2.2. Os serviços serão executados em Unidades Escolares do Município de Alegre/ES.
- 2.3. A CONTRATADA será responsável por executar todos os serviços necessários a perfeita instalação e operação da unidade geradora, objeto desse contrato, devendo ser executados conforme Projetos, às normas e especificações técnicas, obedecendo às condições do Edital e da proposta vencedora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

CLÁUSULA TERCEIRA

3. DO PREÇO E REAJUSTAMENTO

- 3.1. A Contratante pagará a Contratada, pelo objeto aqui ajustado, a importância global de **R\$ 627.124,17 (seiscentos e vinte e sete mil, cento e vinte e quatro reais, dezessete centavos)**, pagos conforme a medição atestada pelo Fiscal do Contrato e Secretário da pasta, de acordo com Relatório Anexo, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto do contrato.
- 3.2. O preço contratado não poderá ser reajustado, salvo exceção.

CLÁUSULA QUARTA

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.
- 4.2. Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

- 4.3. Os pagamentos serão efetuados conforme a conclusão das etapas do cronograma, conforme apresentado na tabela abaixo, não sendo concedidos adiantamentos nem desdobramentos de faturas, todavia, no estrito interesse da Administração e de acordo com a sua conveniência, poderão ser medidos serviços para emissão das respectivas notas fiscais, em período inferior aos previstos na tabela abaixo (para efeito de serviços contratados serão na quantidade de kWp):

ETAPA	PERCENTUAL A SER PAGO
Projeto Executivo aprovado pela concessionária	10,00%
Fornecimento dos equipamentos e materiais	55,00%
Instalação	30,00%
Comissionamento	2,50%
Operação Assistida	2,50%

- 4.4. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.
- 4.5. A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.
- 4.6. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

CLÁUSULA QUINTA

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 5.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Diário Oficial, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993, vigendo, portanto, até o dia **27 de Dezembro de 2023**, sendo permitida sua prorrogação nas hipóteses previstas no art. 57 da Lei nº 8.666/93.
- 5.2. Fica resguardado o prazo de garantia do bem adquirido, conforme estipulado no Anexo I do Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

CLÁUSULA SEXTA

6. DAS FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato de adesão, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- ✓ 02002.1236100522.024 – 33903000000 – 11130000000 – Ficha: 00036 (FUNDEB 30%);
- ✓ 02002.1236100522.024 – 33903900000 – 11190000000 – Ficha: 00036 (FUNDEB - VAAT);
- ✓ 02002.1236100522.024 – 33903900000 – 11110000000 – Ficha: 00036 (Recursos próprios Educação – MDE);
- ✓ 02002.1236100522.024 – 15400030000 – 11130000000 – Ficha: 00036 (FUNDEB 30%);
- ✓ 02002.1236100522.024 – 15000025000 – 11110000000 – Ficha: 00036 (Recursos próprios Educação – MDE).

CLÁUSULA SÉTIMA

7. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1. A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento (AF) ou Ordem de Serviço (OS).
- 7.2. A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00 conforme o art. 5, §8º, da Lei nº 8.666/1993 para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:
 - 7.2.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.
 - 7.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.
- 7.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.4. No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.
- 7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA

8. DAS GARANTIAS

- 8.1. Os produtos, objeto deste Contrato terão garantia contra defeito de fabricação de, no mínimo, 10 (dez) anos, assistência técnica, no mínimo de 01 (um) ano, e serviços no mínimo de 01 (um) ano, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

CLÁUSULA NONA

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE (Orientação Técnica nº 001/2021 – LGPD)

9.1. Contratada:

- a) *Se compromete a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais;*
- b) *Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da Administração Direta e Indireta do Município de Alegre/ES ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa. Caso as informações que tenham acesso envolverem o tratamento de dados pessoais sob responsabilidade da Administração Direta e Indireta do Município de Alegre/ES, estará sujeito também aos dispositivos impostos pela Lei Geral de Proteção de Dados;*
- c) *Dar ciência formal a todos os seus empregados que atuem dentro das dependências dos prédios da Administração Direta e Indireta do Município de Alegre/ES da Política de Privacidade (Decreto nº 12.413/2021).*
- d) *Todos os seus empregados que atuem dentro das dependências dos prédios da Administração Direta e Indireta do Município de Alegre/ES também deverão assinar Termo de Confidencialidade.*

9.2. Contratante:

- a) *Adotará medidas de segurança aptas a proteger os dados pessoais coletados dos empregados da CONTRATADA a fim de cumprir obrigações legais.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

CLÁUSULA DÉCIMA

10. DAS SANÇÕES (Orientação Técnica nº 001/2021 – LGPD)

- 10.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, por descumprimento das regras sobre Proteção de Dados estabelecidas ou por ser responsável por incidente de segurança da informação envolvendo dados sob responsabilidade da Administração Direta e Indireta do Município de Alegre/ES.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1. Compete à Contratada:

- a) *Entregar os equipamentos de acordo com as condições e prazo propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;*
- b) *Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;*
- c) *Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/1993;*
- d) *Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;*
- e) *Subcontratar até 30% (trinta por cento) dos serviços a microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou equiparada, caso a contratada não se enquadre em nenhuma dessas categorias.*

11.2. Compete à Contratante:

- a) *Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;*
- b) *Definir o local para entrega dos equipamentos adquiridos;*
- c) *Designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei Nº 8.666/1993, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12. DOS ADITAMENTOS

- 12.1. O presente Contrato poderá ser aditado, nos termos da Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da Assessoria Jurídica do Município de Alegre/ES e autorização do Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

- a) *Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;*
- b) *Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;*
- c) *A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.*

- 13.2. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) *advertência;*
- b) *multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;*
- c) *suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;*
- d) *impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;*
- e) *declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

- 13.2.1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).
- 13.2.2. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.
- 13.2.3. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.
- 13.2.4. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.
- 13.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:
- Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;*
 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;*
 - O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;*
 - O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;*
 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;*
 - O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.*
- 13.4. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.
- 13.5. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.
- 13.6. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.
- 13.7. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14. DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

- 14.1. Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.
- 14.2. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.
- 14.3. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.
- 14.4. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.
- 14.5. Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15. DA RESCISÃO

- 15.1. A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei nº 8.666/1993, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16. DOS RECURSOS

- 16.1. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 17.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por **Samyr Almeida Assis**, FISCAL nomeado através da Portaria Nº 4.527 de, 31/10/2022, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18. DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

- 18.1. Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, César Eduardo Viana Ramos, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Carteira de Identidade Nº MG-11.530.514 e do CPF Nº 051.445.496-24, residente e domiciliado na Rua Ubaí, 107, Apto. 101, Ipiranga, Belo Horizonte/MG – CEP: 31.140-610.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

- 19.1. A rescisão do Contrato poderá, ainda, ocorrer de forma amigável por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração Pública.
- 19.2. Fica eleito o foro da cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 19.3. E por estarem justos e contratados assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para igual distribuição e, conseqüentemente, produza seus efeitos legais.

Alegre/ES, 27 de Dezembro de 2022.

NEMROD
EMERICK:270485
42896

Assinado de forma digital
por NEMROD
EMERICK:27048542896
Dados: 2022.12.27 14:49:09
-03'00'

NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal de Alegre/ES
Contratante

CÉSAR EDUARDO VIANA RAMOS
Ultra Engenharia e Construções Ltda
Contratada



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35

- RELATÓRIO -

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico (SRP) N° 023/2021 (Adesão a Ata de Registro de Preços N° 008/2022 – DER-ES)

Proc. N°: 4703 de, 16/09/2022 (PMA-ES)

Cód.ID. CidadES/TCE-ES – PMA-ES: 2022.004E0500003.16.0001

Objeto: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA A PARTIR DA FONTE PRIMARIA SOLAR (ON GRID), PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES.

Data da Publicação do Edital: 09/12/2021

Data da Sessão: Dia 21 de dezembro de 2021, às 09h

Data da Homologação: 17/04/2022

Homologação do Termo de Adesão: 15/12/2022

Publicação do Termo de Adesão: 16/12/2022

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTD.	UNID.	VALORES (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
01	SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA A PARTIR DA FONTE PRIMARIA SOLAR – ON GRID, PARA AS OBRAS DE EDIFICAÇÕES.	115,33	KWP	5.437,65	627.124,17
VALOR GLOBAL				R\$ 627.124,17	

Alegre/ES, 27 de Dezembro de 2022.

NEMROD
 EMERICK:2704
 8542896

Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
 Dados: 2022.12.27 14:49:42 -03'00'

NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal de Alegre/ES
Contratante

CESAR EDUARDO VIANA
 RAMOS:05144549624

Assinado de forma digital por CESAR EDUARDO VIANA RAMOS:05144549624
 Dados: 2022.12.27 19:17:53 -03'00'

CÉSAR EDUARDO VIANA RAMOS
Ultra Engenharia e Construções Ltda
Contratada



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE – ES
CNPJ 27.174.101/0001-35
